

BOLSHIVISMO EVOLUÍDO

UMA ÚNICA COISA DEVE IMPORTAR AO HOMEM: PERMANECER DE PÉ ENTRE AS RUÍNAS.

#10

MAI. - AGO. '10



O simbolismo do Fascio

Também neste número:

Foi a Revolução Francesa uma vingança dos
Templários? * O Emanacionismo * Hitler e as
sociedades secretas * Serviço ao Estado e
burocracia * À procura de homens entre as ruínas

Editorial

Temos vindo a traduzir *O Caminho do Cinábrio*, obra auto-bibliográfica do nosso autor, pela importância que tem no sentido de fazer alguma luz em alguns pretensos evolianos, propensos a apreciar Evola “às prestações”. Por outro lado, esta obra permite-nos também perceber com rigor o seu próprio ponto de vista. Faz pois todo o sentido termos Evola visto (ou explicado) por Evola, fazendo este, uma retrospectiva esclarecedora e autocrítica das suas principais obras.

Em *Os Homens e as Ruínas*, escrito em 1953 e posteriormente revisto e ampliado em 1972, Evola traça as linhas essenciais que um movimento alternativo com características de uma Ordem deveria possuir.

No estudo sobre Hitler e as sociedades secretas, são abordadas algumas possibilidades acerca das eventuais raízes ocultas (e ocultistas) do nacional-socialismo, separando-se em traços gerais, mas com precisão, a realidade da lenda. Aproveitando este tema, no qual também é referida a Ordem SS, queremos fazer aqui uma pequena observação que a nosso ver não estaria fora do pensamento do mestre: tivessem as SS na sua formação o “exemplo”, não da Ordem Teutónica, mas da europeia Ordem Templária, os resultados poderiam ter sido muito diferentes. Na verdade, aquilo que pretendeu ser uma Ordem “nacionalista” com especificidades muito vincadas sobre padrões raciais (o de tipo nórdico), veio com o desenrolar da guerra, no cadinho bélico, fazer aparecer uma “nova raça”, que para além dos factores contingentes que lhe foram inerentes, se mostrou como o fruto daquilo que, para nós, deveria ter sido o começo – falamos das militarmente extraordinárias e supranacionais (para não irmos mais longe) Waffen-SS.

Também ainda dentro do tema dos “bastidores ocultos” da história, temos um texto no qual se explora a possibilidade da Revolução Francesa ter sido uma vingança dos Templários. Não pondo totalmente de parte esta hipótese, cremos que a ter acontecido, os seus “segretos autores” perderam o controlo da mesma, o que, diga-se de passagem, não deixa de ser uma história repetida em muitas revoluções.

Sabemos que Evola frequentou a Universidade e que recusou receber o “canudo” pelo asco que tinha a essa instituição burguesa e pedante. Citava algumas vezes um antigo autor que dizia algo como: agora há duas espécies de pessoas: os nobres e os que tem um diploma. Nesta perspectiva, o texto “Serviço ao Estado e burocracia” pode, em certa medida, dar-nos um exemplo do plano inclinado em que nos encontramos.

Mais uma vez o nosso amigo e camarada Eduardo Alcântara está presente e deixa-nos aqui algumas reflexões sobre o emanacionismo, “doutrina” própria da Tradição.

Finalmente, o nosso tema de capa, o simbolismo do *fascio*, já que “o poder do símbolo é superior ao dos homens” e só através do conhecimento dos seus símbolos poderemos conhecer o sentido profundo das verdades eternas da Tradição.

Aos poucos que ainda, apesar de tudo, permanecem de pé, a nossa mais alta saudação.

Avé!



Alegoria do *fascio littorio* e do fascismo da autoria de Tato (pseudónimo de Guglielmo Sansoni)

ÍNDICE

Editorial	2
Serviço ao Estado e burocracia	3
Foi a Revolução Francesa uma vingança dos Templários?	4
Hitler e as sociedades secretas	6
Simbolismo do Fascio	9
À procura de homens entre as ruínas	13
O Emanacionismo	18

FICHA TÉCNICA

Número 10

2º quadrimestre 2010

Publicação quadrimestral

Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu
www.legiaovertical.blogspot.com

Contacto:

legiaovertical@gmail.com

Doutrina

Serviço ao Estado e burocracia

Julius Evola

Um sinal característico da decadência da ideia de Estado no mundo moderno está representado pela perda de significado daquilo que, numa acepção superior, significa o serviço ao Estado. Ali onde o Estado se nos apresenta como a encarnação de uma ideia e de um poder, no mesmo têm uma função essencial aquelas classes políticas definidas por um ideal de lealismo, classes que, na acção de servir o Estado, sentem uma elevadíssima honra e que, sobre tal base, participam da autoridade, da dignidade e do prestígio inerentes à ideia central, de tal maneira que se diferenciam da massa dos simples cidadãos “privados”. Nos Estados tradicionais tais classes foram sobretudo a nobreza, o exército, a diplomacia e, finalmente, aquilo que hoje se denomina como a burocracia. É sobre esta última que queremos dirigir uma breve consideração.

Tal como foi definida no mundo democrático moderno do último século, a burocracia não é mais que uma caricatura, uma imagem materializada, opaca e desfasada daquilo a que deveria corresponder a sua ideia. Ainda prescindindo do presente imediato, no qual a figura do “estatal” se converteu na imagem esquelética de um ser em luta permanente com o problema económico, de modo tal a ser já o objecto preferido de uma espécie de ludíbrio e de amarga ironia, ainda prescindindo disto, o sistema apresenta caracteres inverosímeis. Nos actuais Estados democráticos trata-se de burocracias privadas de qualquer autoridade e de qualquer prestígio, privadas de uma tradição no melhor sentido da palavra, com pessoal em excesso, medíocre, mal retribuído, caracterizado por práticas lentas, enfadonhas, pedantes e desorgani-



zadas. O horror perante a responsabilidade directa e o servilismo face ao “superior” são aqui outros traços característicos; no alto, outro traço que se encontra é um carreirismo vazio. No geral, o funcionário público médio de hoje em dia diferencia-se muito pouco do tipo genérico moderno do “vendedor de trabalho”; efectivamente, nos últimos tempos os “estatais” têm assumido justamente a figura de uma “categoria de trabalhadores” que vai atrás das outras no que diz respeito às reivindicações sociais e salariais na base de agitações e inclusive greves, coisas estas absolutamente inconcebíveis num Estado verdadeiro e tradicional, tão inconcebíveis como o caso de um exército que se pusesse a fazer greve numa determinada circunstância para impor ao Estado, compreendido como um “dador de trabalho” *sui generis*, as suas exigências. Na práti-

ca, hoje chega-se a empregado do Estado quando se carece de iniciativa e não se tem nenhuma perspectiva melhor na vida, tendo em vista um ordenado modesto, mas seguro e contínuo: algo próprio de um espírito mais que pequeno burguês e utilitário. E se na baixa burocracia a distinção entre quem serve o Estado e um trabalhador ou empregado privado qualquer é praticamente inexistente, nas altas esferas o burocrata confunde-se com o tipo do politiquês e do “influente”. Temos assim “honráveis” e “pessoas influentes” investidas do poder de governo, mas na maioria das vezes sem correspondência a uma verdadeira e específica competência, as quais nas formações ministeriais tomam ou intercambiam as pastas de um ou outro ministério, preocupando-se em chamar para o seu redor os amigos ou os companheiros

“Ali onde o Estado se nos apresenta como a encarnação de uma ideia e de um poder, no mesmo têm uma função essencial aquelas classes políticas definidas por um ideal de lealismo, classes que, na acção de servir o Estado, sentem uma elevadíssima honra e que, sobre tal base, participam da autoridade, da dignidade e do prestígio inerentes à ideia central, de tal maneira que se diferenciam da massa dos simples cidadãos «privados»”

de partido, tendo menos em vista o facto de servir o Estado ou o Chefe de Estado, quanto o de tirar proveito da própria situação.

É este o lamentável espectáculo que hoje nos apresenta tudo o que é burocracia. Podem influir aqui razões técnicas, o desmedido crescimento das estruturas e superestruturas administrativas e dos “poderes públicos”: mas o ponto fundamental é uma queda de nível, a perda de uma tradição, a extinção de uma sensibilidade, todos estes fenómenos paralelos ao do ocaso do princípio de uma verdadeira autoridade e soberania.

Vem-nos à cabeça o caso de um funcionário, que pertencia a uma família da nobreza, o qual apresentou a sua demissão quando caiu a monarquia no seu país. Perguntaram-lhe então: “Como é que o senhor, possuidor de riquezas incalculáveis, podia ser um funcionário a soldo, sem ter nenhuma necessidade disso?” O pasmo de quem se sentiu ao ouvir semelhante pergunta não foi menor do que o daquele que a tinha feito: já que ele não podia conceber uma honra maior do que servir o Estado e o seu soberano. E, desde a perspectiva prática, não se tratava aqui de uma “utilidade”, mas da aquisição de um prestígio, de uma “categoria”, de uma honra. Mas hoje em dia, quem não se assombraria se o filho de um grande capitalista ambicionasse tornar-se um... “estatal”?

Nos Estados tradicionais o espírito anti-burocrático, militar, de serviço ao Estado teve o seu símbolo no uniforme o qual, assim como os soldados, também os funcionários usa-

vam (note-se como no fascismo existiu um desejo de retomar tal ideia). E em contraposição com o estilo do alto funcionário de hoje em dia que usa o seu posto para se servir, existia neles o desinteresse de uma impersonalidade activa. Na língua francesa a expressão: “*On ne le fait pas pour le Roi de Prussie*” queria dizer aproximadamente: não o fazemos enquanto não nos cair uma moeda no bolso. É uma referência àquilo que, pelo contrário, foi o estilo de puro e desinteressado lealismo que constituiu o estilo da Prússia de Frederico II. Mas também no primeiro *self-government* inglês as funções mais elevadas eram honoríficas e confiadas a quem gozasse de independência económica, justamente para garantir a pureza e impersonalidade da função e simultaneamente o correspondente prestígio. Tal como já se mencionou, a burocracia no sentido negativo formou-se paralelamente com a democracia, enquanto que os Estados da Europa central, por terem sido os últimos a conservarem traços tradicionais, conservavam também muito do estilo de puro e anti-burocrático “serviço ao Estado”.

Mudar as coisas, em especial em Itália, é hoje uma empresa desesperada. Existem gravíssimas dificuldades técnicas, assim como financeiras. Mas a maior dificuldade encontra-se naquilo que deriva da queda de nível, do espírito burguês, do espírito materialista e oportunista, da carência de uma ideia de verdadeira autoridade e soberania.

– Publicado em *Il Secolo d'Italia*
(21/03/1953)

Análise

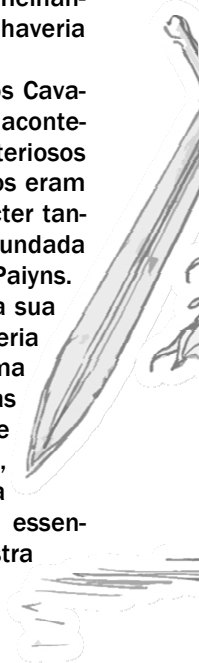
Foi a Revolução

Julius Evola

Um historiador francês observou que embora hoje se reconheça que as doenças do organismo humano não nascem sozinhas, mas que se devem a agentes invisíveis, a micróbios e a bactérias, no que se refere às doenças desses maiores organismos que são as sociedades e os Estados, doenças correspondentes às grandes crises históricas e às revoluções, pensa-se que aqui, pelo contrário, as coisas sucedem de outra forma, quer dizer, tratar-se-ia de fenómenos espontâneos ou devidos a simples circunstâncias exteriores, apesar de nos mesmos poderem ter actuado com grande vigor um conjunto de forças invisíveis similares aos micróbios nas doenças humanas.

Escreveu-se muito a respeito da Revolução Francesa e sobre a causa que a originou; habitualmente reconhece-se o papel que, pelo menos como preparação intelectual, tiveram certas sociedades secretas e especialmente a dos denominados Iluminados. Uma tese específica e mais avançada é aquela que a tal respeito sustenta que a Revolução Francesa tenha representado uma vingança dos Templários. Já num período extremamente próximo àquela revolução apareceu uma ideia semelhante. Seguidamente De Guaita haveria de retomá-la e aprofundá-la.

A destruição da Ordem dos Cavaleiros Templários foi um dos acontecimentos mais trágicos e misteriosos da Idade Média. Os Templários eram uma Ordem cruzada de carácter tanto ascético como guerreiro, fundada em 1118 por Hugues de Payns. Exaltada por São Bernardo na sua *De Laude Novae Militiae*, haveria de tornar-se rapidamente numa das ordens cavaleirescas mais ricas e poderosas. De forma improvisada em 1307, a mesma foi acusada pela Inquisição. A iniciativa partiu essencialmente de uma figura sinistra



Francesa uma vingança dos Templários?

de soberano, Filipe O Belo de França, que impôs a sua vontade ao débil Papa Clemente V, conseguindo para si as grandes riquezas da Ordem. Acusava-se os Templários de professar só em aparência a fé cristã, de terem um culto secreto e uma iniciação alheia ao cristianismo e até mesmo anti-cristã. Como foram as coisas verdadeiramente é algo que não se pôde nunca saber com exactidão. De qualquer forma o processo concluiu com uma condenação: a Ordem foi dissolvida, a maior parte dos Templários foi massacrada e terminou na fogueira. Foi queimado também o Grão-mestre, Jacques de Molay. Este justamente na fogueira profetizou os dias da morte dos responsáveis da destruição da Ordem, do rei e do pontífice. Filipe o Belo e Clemente V haveriam de morrer exactamente dentro dos termos profetizados pelo Grão-mestre Tem-

plário para apresentar-se perante o tribunal divino.

Diz-se que alguns Templários que se salvaram do massacre se refugiaram na corte de Robert Bruce, Rei da Escócia, e que se integraram em certas sociedades secretas preexistentes. De qualquer modo, de acordo com a tese mencionada ao início, certas derivações dos Templários teriam continuado de maneira subterrânea até ao próprio período da Revolução Francesa e teriam preparado, como uma verdadeira vingança, a queda da casa de França. Que algumas sociedades secretas se tivessem organizado para fins revolucionários, isso é algo desvelado pela investigação histórica. Uma mera casualidade – o facto de que um correio das mesmas fosse abatido por um raio – permitiu descobrir documentos dos Iluminados que continham planos revolucionários. Mais importante ainda foi a reunião secreta que se realizou em Frankfurt em 1780. Foi descrita de maneira novelasca por Alexandre Dumas no seu famoso livro *Joseph Balsamo*, onde seguramente se serviu dos apontamentos, publicados em Itália em 1790 e em França em 1791, do processo realizado pelo Santo Ofício a este misterioso personagem conhecido pelo nome de Cagliostro. Na sua exposição Cagliostro fala daquela reunião, faz menção aos Templários, diz que os convocados se comprometeram a derrubar a casa de França; que logo após a queda desta monarquia a sua acção haveria de dirigir-se para Itália tendo em mira particularmente Roma, sede do Papado.

A tudo isto deve juntar-se as revelações feitas em 1796 por parte de Gassicourt num livro sumamente raro, *Le Tombeau de Jacques Molay*. No mesmo sustenta-se que “os feitos da Revolução Francesa têm um signo templário”.

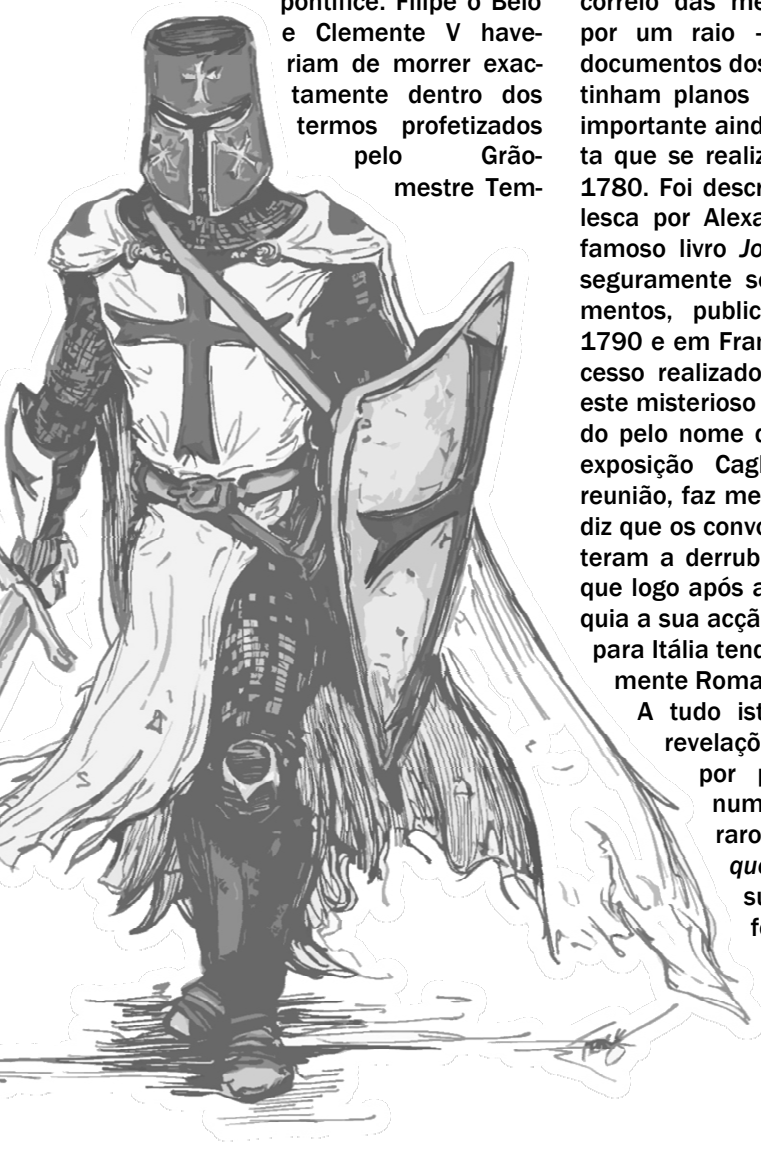
Segundo o autor o próprio nome dos

Jacobinos – ou seja, os principais promotores da Revolução – viria do Grão-mestre Templário, Jacques Molay, e não, como geralmente se crê, da igreja de religiosos jacobinos, lugar de reunião que a organização secreta tinha escolhido por mera casualidade. E a consigna da seita, que seria mantida sucessivamente em alguns altos graus de associações similares, compunha-se das iniciais do nome completo do Grão-mestre Templário.

Outra circunstância estranha e significativa está representada pela escolha do lugar onde foi mantido prisioneiro o último Rei de França, Luís XVI; lugar que só abandonaria no momento de subir ao patíbulo. Ainda que a Assembleia Nacional lhe houvesse destinado como cárcere um local do palácio do Luxemburgo, ele foi encerrado no Templo, ou seja, na antiga sede dos Templários de Paris: quase como símbolo da vingança que golpeava, na pessoa do seu último descendente, a dinastia culpada da destruição da Ordem, no lugar que a mesma tinha ocupado.

São também mencionados outros elementos como apoio de tal tese. Naturalmente, uma investigação que, como esta, assenta sobre o que se desenrolou na sombra, por detrás dos bastidores da história conhecida, encontra dificuldades particulares. No caso específico, ainda admitindo todos os indícios, ficaria por verificar se existiu uma continuidade entre os agentes revolucionários em torno de '89 e os verdadeiros Templários medievais, podendo também ser que os primeiros tenham tomado dos segundos apenas o nome, ainda que pelo contrário tenham obedecido a forças obscuras de um tipo muito diferente. De qualquer modo a hipótese aqui assinalada é conhecida por parte daqueles que se debruçam sobre o que bem poderia ser denominado como a dimensão em profundidade da história.

– Publicado em *Roma*
(01/05/1956)



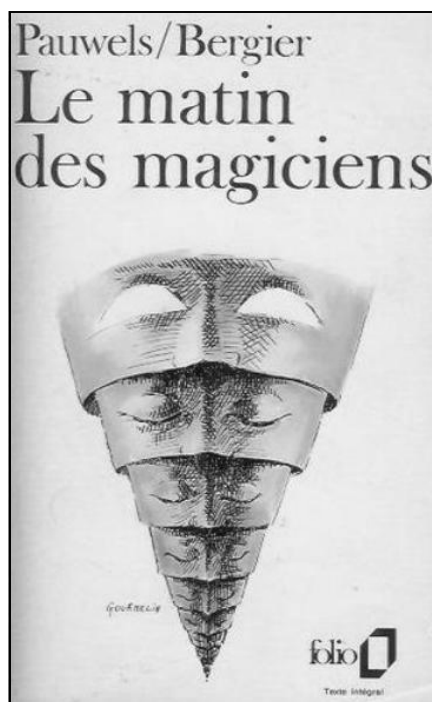
Análise

Hitler e as sociedades secretas

Julius Evola

É um facto singular a forma como vários autores se entregaram simultaneamente à investigação das relações do nacional-socialismo alemão com sociedades secretas e organizações iniciáticas, as quais teriam sido suas inspiradoras, de modo tal a fazer supor a existência de “bastidores ocultos” no movimento hitleriano. É conhecido a tal respeito o livro de Pauwels e Bergier, *O Despertar dos Mágicos*, uma obra repleta de divagações, a qual pela primeira vez colocou de forma pública tal tese. Nela o nacional-socialismo era definido em termos de uma união do “pensamento mágico” com a ciência tecnológica, chegando inclusivamente a formular o conceito de “divisões blindadas + René Guénon”, fórmula que faria dar voltas na tumba a este eminente expoente do pensamento tradicional e das disciplinas esotéricas.

Em tudo isto há que assinalar primeiramente um forte equívoco, especialmente no facto de que aqui muitas vezes o elemento mágico é confundido com o mítico, o qual não tem nada a ver com o primeiro. Não há dúvida, a este respeito, que no nacional-socialismo os “mitos” cumpriram uma importantíssima função, tais como o do Grande Reich, do Chefe carismático, da raça e do sangue, etc., mas a tal respeito deve dar-se ao termo “mito” o simples sentido soreliano de “ideia-força motriz”, de ideia dotada de um particular poder sugestivo (como de maneira geral o são as usadas pela demagogia), sem nenhuma implicação “mágica”. Assim, por exemplo, ninguém pensará seriamente em atribuir um componente “mágico” aos diferentes mitos utilizados pelo fascismo, tais como o de Roma e do Duce, ou aos da Revolução Francesa e do próprio comunismo.



Capa de uma das edições francesas de *O Despertar dos Mágicos*

O discurso poderia ser diferente se nos referirmos a uma busca das influências de ordem não simplesmente humana às quais podem ter obedecido, sem disso se terem dado conta, certos movimentos. No entanto não é disso que se trata no caso dos autores franceses aos quais acabámos de fazer alusão; não se pensa em influências de tal tipo, mas sim em influências concretas exercidas por organizações reais, se bem que, em diversos graus, “secretas”. Falou-se também de “Superiores Desconhecidos”, os quais teriam suscitado o movimento nazi e se teriam servido de Hitler como se de um *médium* se tratasse. Não é, no entanto, de modo algum claro com que fins o teriam feito, mas se julgarmos pelos resultados, o mesmo é dizer pelas consequências catastróficas que teve, ainda que indirectamente, o nacional-socialismo para a Europa, dever-se-ia pensar em fins obscuros e destrutivos, o que iria ao encontro da tese daqueles que queriam remeter para o lado oculto de

todo este movimento aquilo que Guénon denominaria como a “contra-iniciação”. Mas por parte dos autores franceses aos quais se fez menção foi sustentada também outra tese, ou seja, que o *médium* Hitler em determinado momento ter-se-ia emancipado dos “Superiores Desconhecidos”, quase como se se tratasse de um Golem, e que desde então o movimento teria tomado uma direcção errada. Mas então há que dizer que estes Superiores ocultos tinham na verdade faculdades de previsão e poderes sumamente limitados, já que não souberam bloquear aquele que tinham utilizado como um *médium* próprio.

Sobre um plano mais concreto, fantasiou-se muito a respeito da origem de temas e símbolos essenciais do nacional-socialismo, referindo-se organizações preexistentes às quais no entanto dificilmente se poderia atribuir um autêntico e regular carácter iniciático. É inquestionável que não foi Hitler o inventor da ideologia racista germânica, o símbolo da cruz gamada e o anti-semitismo ariano. Tudo isto existia desde há muito tempo na Alemanha. Um livro intitulado *Aquele que deu as suas ideias a Hitler* fala de Lanz von Biberfeld (o título nobiliárquico foi auto-atribuído), um cisterciense que tinha fundado uma Ordem que utilizava a cruz gamada, e que desde 1905 publicava uma revista, *Ostara*, que certamente Hitler conhecia, na qual se enunciavam claramente as teses racistas arianas e anti-semitas.

Mas é muito mais relevante para conhecer os bastidores ocultos do nacional-socialismo o papel que se costuma atribuir à *Thule-Gesellschaft* (Sociedade Thule). Aqui as coisas apresentam-se de uma forma mais complexa. Esta sociedade foi a derivação de uma preexistente *Germanenorden* (Ordem dos Germanos) fundada em 1912, e era dirigida por Rudolf von Sebotten-

dorff. Von Sebottendorff esteve no Oriente e em 1924 publicou um estranho opúsculo sobre as *Práticas da Antiga Maçonaria Turca*, no qual se descrevem procedimentos baseados na repetição de sílabas, símbolos, gestos e “passes”, cujo fim era a própria transformação iniciática do ser humano procurada também pela alquimia. Não é claro com que organizações maçónicas turcas von Sebottendorff esteve em contacto, nem tão-pouco se ele, além de mencionar tais rituais, os colocou também em prática.

Não se consegue sequer saber se na *Thule-Gesellschaft*, dirigida por ele, tais práticas foram levadas a cabo regularmente: o que seria muito importante saber-se a fim de avaliar o facto de que àquela organização pertenceram, ou estabeleceram contactos, muitas personalidades de primeiro plano do nacional-socialismo, desde Hitler até Hess. Dá-se por certo que Hess se teria formado em tal organização, e que ele de alguma forma teria “iniciado” Hitler quando já se encontrava na prisão após o falhado *putsch* de Munique.

No entanto deve ter-se em conta que muito mais que o seu aspecto esotérico, o que atraía na *Thule-Gesellschaft* era o aspecto de uma sociedade relativamente secreta, que tinha como emblema a cruz gamada e que se tinha caracterizado por um decidido anti-semitismo e por um racismo germanizante. Deve além do mais colocar-se em dúvida que o nome escolhido por tal organização, Thule, signifique uma referência séria e consciente de um simbolismo nórdico polar e a ambição de vinculação com as origens hiperbóreas dos povos indogermânicos, dado que Thule valeu como o centro sagrado ou a ilha sagrada, situada no extremo setentrão, da Tradição primordial. Foi pelo contrário destacada a possibilidade de uma origem muito mais profana, já que Thule pode ser a deformação de “Thale”, nome de uma localidade de Harz na qual a Ordem dos Germanos em 1914 tinha efectuado uma convenção que tinha como ordem do dia a

formação de uma organização secreta racista para combater aquela que se supunha existir por trás do judaísmo internacional. Sobre toda esta ordem de ideias Sebottendorff, chefe da *Thule-Gesellschaft*, coloca em relevo num seu livro editado em Munique em 1933 e intitulado *Bevor Hitler kam* (Antes de Hitler chegar) para indicar aquilo que já existia, antes de Hitler, em matéria de mitos e de ideologia.



Emblema da *Thule-Gesellschaft*

Deste modo uma investigação séria a respeito dos vínculos iniciáticos de Hitler com sociedades secretas não conduz muito longe. A respeito de Hitler como *médium* e da sua força magnética, devem efectuar-se algumas precisões. Que o *Führer* devesse tal força a práticas iniciáticas parece-nos uma pura fantasia, da mesma maneira que poderia supor-se também algo parecido a respeito da força psíquica possuída por outros chefes, como por exemplo Mussolini ou Napoleão. Pelo contrário deve considerar-se que uma vez despertado um movimento colectivo se cria uma espécie de força psíquica que se concentra naquele que é o seu centro de modo tal a conferir-lhe uma particular auréola perceptível sobretudo por parte de quem é sugestionável.

Quanto à qualidade de *médium*

(que dito seja de passagem é oposta à de uma qualificação iniciática), a mesma pode ser reconhecida com certas reservas em Hitler, na medida em que sob muitos aspectos ele apresenta-se-nos como um possuído (é o traço que o distingue, por exemplo, de Mussolini). Precisamente quando fanatizava as multidões, ele parecia dar a impressão de que outra força o transportava, tendo-o justamente como um *médium*, ainda que de um género totalmente particular e excepcionalmente dotado. Quem tenha ouvido Hitler falar perante as multidões delirantes não pode deixar de ter tido esta impressão. Dadas as reservas expressadas por nós a respeito dos supostos “Superiores Desconhecidos” não se pode com exactidão estabelecer a natureza desta força suprapessoal.

Quanto à “gnose” nacional-socialista, ou seja, uma suposta dimensão quase mística e metafísica, é necessário recordar a coexistência singular em tal movimento e no Terceiro Reich, dos aspectos “míticos” com aspectos abertamente iluministas e inclusivamente científicas. Em Hitler podem encontrar-se numerosas referências a uma visão do mundo marcadamente “moderna”, e portanto, no fundo, profana, naturalista e materialista, enquanto que ele tinha simultaneamente fé numa Providência, da qual acreditava ser um instrumento, em especial no que se referia à sorte da nação alemã (assim sendo considerou, por exemplo, como um sinal da Providência ter-se salvado por pouco do atentado do qual foi alvo no seu Quartel-General). Alfred Rosenberg, ideólogo do movimento, falava de um mistério do sangue nórdico que teria tido um valor sacramental, embora ele próprio quando se tratava do catolicismo recusasse como mistificações todo o rito e sacramento alinhando-se, como um iluminista, contra os “obscurantistas do nosso tempo” e atribuía como glória do homem ariano o ter inventado a ciência moderna. Com base em tudo isto, explica-se que, se a atenção se dirigiu para as runas, para os antigos símbolos nórdico-germânicos, os



“Heinrich Himmler pretendia criar uma Ordem que compreendesse elementos a ser formados segundo a ética prussiana e a das antigas Ordens de cavalaria, em especial da Ordem dos Cavaleiros Teutónicos. Para uma tal organização ele buscava uma legitimação (...) referindo-se à herança e simbolismo nórdico-hiperbóreo (Thule)”

mesmos foram exaltados de forma puramente emblemática, quase como no fascismo se fez com certos símbolos romanos, sem a menor assumpção esotérica. O programa nazi de criar o homem superior resente-se de uma “mística da biologia”, ou seja, mais uma vez de uma orientação prevalentemente cientificista: podia quanto muito tratar-se de um “homem superior” no sentido nietzscheano, mas de modo algum no sentido iniciático.

O projecto da “criação de uma ordem racista religiosa e militar de iniciados reunidos em redor de um Guia divinizado” não pode ser considerado como o do nazismo oficial, tal como sustenta Alleau o qual, como antecedentes se referiu entre outras coisas até aos Ismaelitas islâmicos. É ao invés no âmbito da SS, a qual se constituiu apenas num segundo momento no Terceiro Reich, que assomou alguma temática de um plano superior.

Sobretudo no organizador da SS, Heinrich Himmler, era claro o intento de criar uma Ordem que compreendesse elementos a ser formados segundo a ética prussiana e a das antigas Ordens de cavalaria, em especial da Ordem dos Cavaleiros Teutónicos. Para uma tal organização ele buscava uma legitimação ou

crisma, a qual no entanto não podia recolher, como aquelas Ordens antigas, do catolicismo, abertamente repudiado pela corrente nazi radical. Ainda que sem a possibilidade de qualquer tipo de vínculo tradicional, Himmler referiu-se à herança e simbolismo nórdico-hiperbóreo (Thule), sem que isso se ficasse a dever às “sociedades secretas” das quais tanto se falou, dirigindo pelo contrário a sua atenção (como também o fizera Rosenberg) para as investigações de um holandês, Herman Wirth, a respeito da tradição nórdico-atlântica (Wirth recebeu subvenções por parte de uma organização especialmente criada por Himmler, a *Ahnenerbe*). Tudo isto não se encontra privado de interesse, mas no entanto os “bastidores ocultos” são totalmente inexistentes.

Assim, pois, o balanço geral é negativo. O limite das divagações de autores franceses está constituído pelo livro *Hitler et la Tradition Cathare* de J.M. Angebert (editado em Paris em 1970). Aqui entram em cena os Albigenses (ou Cátaros), seita herética difundida entre os séculos X e XII sobretudo na França meridional, que teve como centro a fortaleza de Montségur. A mesma foi destruída, segundo Otto Rahn, numa “cruzada contra o Graal” (trata-se do título de um dos seus livros: *Kreuzzug gegen den Graal*). Pois bem, a relação entre o Graal, com os seus templários, e tal seita, caracterizada por uma espécie de maniqueísmo fanático que renunciava ao mundo e opunha-se à existência terrena na carne e na matéria, de modo tal que os seus seguidores deixavam-se morrer de fome ou matavam-se por

outros meios, é algo totalmente obscuro. Pois bem, a tal respeito diz-se que Rahn (com o qual mantive na altura correspondência e a quem tratei de mostrar a arbitrariedade da sua tese) foi um SS e que uma expedição alemã teria sido enviada para recuperar o objecto mítico posto a salvo, supõe-se, no momento da destruição da fortaleza cátera de Montségur. O objecto teria ficado secretamente custodiado no Terceiro Reich. Após a queda de Berlim uma tropa teria aberto caminho até Zillertal, na fronteira italiana, levando consigo aquele objecto para o esconder na base de um glaciar, à espera de uma nova era.

Na realidade, falou-se de um comando, o qual no entanto parece ter tido uma missão de modo nenhum mística, a de salvar e esconder o tesouro do Reich. Concluamos com outros dois exemplos daquilo a que conduz a fantasia quando lhe deixam as rédeas soltas e submetem-na a ideias fixas: por parte da SS (a qual não compreendia apenas formações militares mas também estudiosos especialistas, etc.) foi organizada uma expedição ao Tibete com finalidades de alpinismo e etnologia e outra expedição ao Ártico, segundo parece com finalidades de exploração e também para a eventual criação de bases militares. Pois bem, segundo estas fantasiosas interpretações a primeira expedição teria buscado um vínculo com um centro secreto da Tradição, a outra teria apontado a um contacto com a Thule hiperbórea oculta...

– Publicado em *II Conciliatore*
(Outubro/1971)

Doutrina

Simbolismo do Fascio

Julius Evola

“O poder do símbolo é superior ao dos homens”, foi dito por Olimpíodoro.¹ E por sua vez Bachofen considerou: “O símbolo desperta um presságio, enquanto que a língua pode apenas explicar. O símbolo faz vibrar as cordas do espírito no seu conjunto, enquanto que a mente apenas pode entregar-se a um pensamento de cada vez. O símbolo mergulha as suas raízes até às mais secretas profundezas da alma, enquanto que a língua só consegue roçar, como um leve alento de vento, a superfície do intelecto: aquele está orientado para o interior, esta, pelo contrário, para o exterior. Apenas o símbolo consegue recolher na síntese de uma impressão unitária os elementos mais díspares. As palavras convertem em finito o infinito, os símbolos conduzem, por seu lado, o espírito para além das fronteiras do mundo finito e que devém, em direcção ao mundo infinito e real”.²

As correntes mais recentes e vivas da filosofia da cultura caracterizam-se justamente por um interesse crescente pelo mundo do símbolo e do mito, concebidos não como poéticas e arbitrarias invenções, mas como dramatizações que escondem significados profundos dos tempos mais longínquos.

E a este interesse associa-se de forma congenial um olhar dirigido para o passado, até às “origens” onde, em lugar da humanidade animalesca imaginada pelo darwinismo e pelo evolucionismo, os novos investigadores, pelo contrário, parecem encontrar manifestações dos rastros de uma espiritualidade primordial inesperada.

Nestas notas pretendemos fazer menção ao sentido mais profundo que resulta para o simbolismo do *Fascio* de tal tipo de investigações, ainda não muito conhecidas entre nós.

Como ponto de partida, podem-se tomar os resultados de uma investigação mastodôntica sobre a pré-história da autoria do holandês Herman Wirth³, ainda que mencionando apenas o seu aspecto antropológico. Wirth acredita ter fundamentos suficientes para admitir a existência de uma civilização cósmico-simbólica unitária, que remonta ao megalítico, ou até a mais longe; e também a existência de uma raça originária, portadora de uma cultura que em imensas vagas se havia deslocado primeiro do Norte para o Sul, e depois do Ocidente para o Oriente, dando lugar a civilizações similares, originariamente marcadas todas pelo mesmo espírito, pelos mesmos símbolos e cultos. Sobre esta ousada tese, que não é a de um “teósofo” ou de um

diletante, mas sim a de um homem de ciência que uma determinada sociedade *ad hoc* se ocupou de controlar e precisar, não nos ocuparemos aqui. Aquilo que nos interessa é mencionar o tema unitário que para Wirth teria estado no coração desta civilização primordial, e que na realidade pode servir desde tal ponto de referência também independentemente da hipótese antes mencionada, entendida literalmente.

Trata-se da epopeia do sol no ano, tomada num sentido real e simbólico ao mesmo tempo. O sol: princípio manifestado que, como calor e como luz, desperta a vida. Tal “semente de vida”, “vida”, “luz das terras” (o *landa ljome* rúnico), nas mais antigas ideografias o seu símbolo expressa também o “homem”. E assim como no seu curso anual o sol morre e renasce, tem Inverno e Primavera, também o homem tem o seu ano, morre e ressurgue. O ano solar ou “deus-ano” como expressão de uma lei universal de renovação, de renascimento, tal teria sido o centro de uma experiência espiritual primordial, cujos ecos, além do mais, encontram-se por todo o



“O ano solar ou “deus-ano” como expressão de uma lei universal de renovação, de renascimento, tal teria sido o centro de uma experiência espiritual primordial”

lado, e que além disso não só de agora foram colocados em relevo pela ciência comparada das religiões, ainda que no âmbito de atitudes e hipóteses muito diferentes das de Wirth.

No mito solar um ponto teve sempre uma importância especial, desde a mais alta pré-história, desde a própria “civilização dos dólmens”: o ponto no qual a luz solar parece fenecer e extinguir-se, abandonar a terra desolada sobre a qual volta novamente a resplandecer: é o solstício de Inverno. Aparece aqui um símbolo fundamental: a acha. Aqui o “deus-ano” tem o signo da “acha”, é do “deus-acha” ou “deus-espinha” que parte em dois, arco descendente e arco ascendente, o signo do ano, muitas vezes formado por um círculo.⁴ Aqui, pois, a divisão simbólico-calendária cumpre-se, inicia-se o novo ciclo – o novo ano, a nova vida – a “luz nasce e renasce”. Inicia-se uma nova “série sagrada”.

Wirth chama “série sagrada” a uma série de doze signos fundamentais, os quais teriam correspondência com outras tantas fases do sol no ano – “momentos” ou aspectos do deus – determinadas pela relação com os doze signos do Zodíaco. Wirth crê poder dividir uniformemente nos diferentes rastros de civilizações de estirpe nórdica-atlântica, tanto no Ocidente como no Oriente, similares “séries sagradas” que, além do mais, teriam recolhido significados e valores múltiplos: os signos da “série sagrada” teriam valido simultaneamente quer como notações originárias do tempo e dos astros, quer como signos-base para um alfabeto pré-histórico (vestígios do linearismo pré-hieroglífico egípcio, amorítico, chinês, etc.), quer como correspondência gráfica de certas vozes, raízes de uma linguagem antiquíssima não completamen-

te apagada nas línguas mais recentes. Ali onde depois do solstício de Inverno o sol ressurge e se coloca o signo inicial do novo ciclo, “a boca abre-se” e “nasce a língua”. Na realidade na antiga escrita egípcia e suméria o hieróglifo do sol que surge tem também o valor de “boca que se abre”, “língua”, “palavra”. Mas “falar” naquelas tradições tem por sua vez também o valor de “criar”. A “palavra” do “deus” – de Râ – é criada.

Resumindo, e levando a um plano universal o que está contido potencialmente nas recorrências de uma tal simbologia, temos pois um significado de “criação” que simultaneamente é “nascimento solar”, “luz”, significado vinculado ao número doze das “séries sagradas”, que expressa o completo desenvolvimento do novo princípio. Temos também o aspecto “acha” do deus simbólico no solstício de Inverno que, com referência às duas partes ou arcos cortados por este – um, de tenebroso “Inverno”, o outro de renascimento solar – aparece muitas vezes nos mais antigos vestígios sob a forma de dupla acha ou acha bicúspide, de dois gumes, ou *labrys*. A este signo solar vincula-se também um significado heróico e guerreiro: com raio e acha bicúspide o deus Merodak combate o monstro do caos Tiamat; também têm uma acha dupla ou martelo duplo os paleo-germânicos Thor e Taran, que são simultaneamente divindades fulgurantes das batalhas;

a acha bicúspide é a presa arrancada pelo herói Hércules na sua luta simbólica contra as Amazonas e é desta que o Zeus cário recebe o seu nome, *Zeus Labrandeus*, e assim sucessivamente. De maneira geral, encontra-se vinculado a tal signo o significado que se reencontra em todos aqueles mitos ou lendas, onde heróis solares lutam contra monstros ou dragões, os quais personificam as forças obscuras e selvagens do caos, ou seja, contra o próprio elemento das trevas do qual – no mais vasto mito encarnado pela mesma natureza – o sol, voltando a elevar-se, ressurge vitorioso: *natalis solis invicti*.

Quanto ao número doze, em função da sua correspondência urânio-solar, vemos que o mesmo aparece em todas aquelas partes nas quais se constituiu um centro que, de uma maneira ou de outra, tenha encarnado ou procurado encarnar aquela tradição que, num sentido analógico e eminente, podemos justamente denominar como “solar”, ou em todas aquelas partes nas quais o mito ou a lenda tenham dado, através de representações ou personificações simbólicas, o tipo de uma tal regência. Com respeito a tudo isto a única dificuldade seria escolher. Aos doze Aditya solares vinculam-se na tradição hindu, as doze divisões das *Leis de Manú*. Doze são os grandes Namshan do “conselho circular” segundo a tradição tibetana, e doze foram, segunda a tradição chinesa, os discípulos de Lao-tsé. Não é diferente o número de portas da “Jerusalém celestial” na tradição hebraica e o mesmo em relação aos discípulos de Cristo. Doze etapas cumpre o herói caldeu Gilgamesh ao longo da “via solar” para alcançar a terra “para além das águas da morte” e doze “trabalhos” cumpre Hércu-

“Temos também o aspecto “acha” do deus simbólico no solstício de Inverno que (...) aparece muitas vezes nos mais antigos vestígios sob a forma de dupla acha (...) A este signo solar vincula-se também um significado heróico e guerreiro”

les. Doze eram as grandes divindades olímpicas e doze os principais cavaleiros da “Távola Redonda” do Rei Artur e da lenda do Graal, assim como os Condes palatinos de Carlos Magno. E muitas outras correspondências podiam ser facilmente encontradas. Ver em tudo isto um simples “acaso” parece-nos algo demasiado fácil. Do nosso ponto de vista é muito mais sábio pressentir aqui rastros mais ou menos conscientes de um único tema, de um único significado, de uma única tradição, histórica e supra-histórica, aflorada em diferentes partes através de vias subterrâneas, tanto sobre o plano do mito como sobre o da realidade.⁵

Pois bem, rastros de tal tipo estiveram também presentes na mais antiga romanidade e, para dizer a verdade, de modo característico, desde as suas próprias origens. Não se esconde quiçá um oculto significado no facto de que, segundo a tradição, Rómulo, após ter visto doze abutres, tenha tido o direito de dar o seu nome à cidade eterna? E que doze tenha sido o número dos *ancilla* estabelecido por Numa como o sinal, recebido do “céu”, da protecção divina?⁶ Doze foram, em Roma, os altares do deus Jano, o qual não é senão uma representação do “deus-ano”, o deus dos inícios, não privado de relação com o próprio “demónio” da guerra; ou seja, com o poder arrasador do elemento heróico: porque era o desencadeamento de um tal demónio que queria significar, de acordo com o que refere Virgílio⁷, o facto de que só em tempos de guerra o templo de tal deus ser deixado aberto. Doze – do mesmo modo que as gregas – são também as máximas divindades romanas segundo Varrão;⁸ doze é o número dos sacerdotes de diferentes colégios romanos entre os mais antigos, por exemplo os Arvales e os Sálíos, doze era o número dos

lictos estabelecidos por Rómulo, assim como doze finalmente são as varas do próprio Fascio Romano, segundo o que aparece dos fascios capitolinos ainda existentes.

Assim chegamos ao ponto central. Temos todos os elementos necessários para compreender no íntimo o que de mais profundo pode estar encerrado em tal símbolo sumamente significativo para a roma-



Sálíos transportando os *Ancilla*

nidade. O fascio romano era composto por dois elementos: precisamente as doze varas e uma acha, que por vezes é uma acha de lâmina dupla, justamente como a acha pré-histórica que se encontra já nos vestígios neolíticos e talvez também paleolíticos; como a dos conquistadores “hiperbóreos”, entre os quais era acompanhada do signo do renascimento, o “homem com braços levantados”.

Queremos também aqui pensar em “acaso”? É certo que isso o podem pensar aqueles que – ainda que admirando-a – não vêem na romanidade nada mais que uma grandeza puramente temporal, considerando como superstição “superada” tudo aquilo que como rito e como símbolo foi inseparável em Roma de toda a instituição e de toda a manifestação da vida, tanto indivi-

dual como colectiva; rindo de tudo aquilo que para o romano valeu até ao fim como a mais firme certeza, ou seja, que a partir dos “deuses” – entenda-se aqui: o elemento “divino” – se fez o poderio e a *aeternitas* romana até ao limite da *pax augusta et profunda* estabelecida imperialmente até aos limites do mundo conhecido. Pela nossa parte não seríamos capazes de partilhar tal ponto de vista. Para nós Roma, além da grandeza material, político-jurídica e militar, foi uma grandeza espiritual, ainda que não tenha sentido a necessidade de entregar-se a abstrações filosóficas e a uma malsã, escapista e devocional religiosidade de tipo asiático-semita. Nós não podemos acreditar que a romanidade – tão escrupulosa na exacta determinação sacral mesmo em detalhes quase insignificantes – tenha depois deixado o “acaso” decidir a escolha e a determinação de um símbolo tão

central da sua civilização, como o Fascio lictor. E se se considerar por outro lado em que medida sempre permaneceu na magistratura romana um carácter sacro, parece atendível que nos próprios fascios dos lictores pudesse estar encerrado um significado superior; que na realidade se trate aqui dos vestígios de uma sabedoria antiga e solar, do signo ritual de um destino e de uma grandeza.

À volta da acha, símbolo heróico e sagrado que “separa”, que encerra uma época e abre “triumfalmente” um novo ciclo⁹, uma nova criação, como luz de um novo “ano” ou *saeculum*, encontram-se recolhidos os signos de uma realização, de um desenvolvimento perfeito em sentido “solar”: os doze.¹⁰ Pois bem, na história do mundo, poucas realidades aparecem mais ligadas que a romana a um tal símbolo, mais fiéis – numa *aeternitas* cesárea e numa universalidade solar – a esta promes-

“À volta da acha, símbolo heróico e sagrado que “separa”, que encerra uma época e abre “triunfalmente” um novo ciclo, uma nova criação, como luz de um novo “ano” ou *saeculum*, encontram-se recolhidos os signos de uma realização, de um desenvolvimento perfeito em sentido “solar”: os doze. Pois bem, na história do mundo, poucas realidades aparecem mais ligadas que a romana a um tal símbolo, mais fiéis - numa aeternitas cesárea e numa universalidade solar - a esta promessa ritual.”

sa ritual. E como Roma da história passou por isto à supra-história, de modo tal a fazer prever também aos escritores da nova religião semítica que “enquanto Roma permanecer íntegra, as convulsões espantosas da idade última não serão de temer, mas no dia em que ela cair, a humanidade estará próxima da sua agonia”.¹¹ Assim, pois, numa análoga transfiguração fica também susceptível o seu símbolo, o Fascio.

Uma multiplicidade de aspectos do símbolo que não se contradizem, mas que se hierarquizam é a sua característica fundamental. A respeito de um símbolo pode evocar-se o seu corpo. Mas também pode evocar-se a sua alma, aquela parte que, segundo as palavras de Bachofen citadas no início, conduz o espírito mais além do que é condicionado e contingente. O mesmo vale para o Fascio. O mesmo pode valer como

signo para um plano político; de maneira mais profunda pode valer também para um plano de eticidade; finalmente o mesmo pode valer a nível de espiritualidade pura, daquela espiritualidade que é também potência.

Que a raça, que hoje voltou a evocar os signos e o nome da romanidade justamente como base para a vontade de “renascimento” nacional, chegue hoje a activar-se também na alma, a adequar-se pela sua potência a significados de ressurreição “triunfal” e de cumprimento “solar” tacitamente encerrados no signo arcaico da acha e dos doze: não pode ser outra a esperança daqueles que ainda “crêem” e que resistem às grandes sombras da decadência espiritual que incumbem ao Ocidente moderno.

– Publicado em *La Vita Italiana*
(Maio/1932)

1. Olimpodoro, Ms. Bibl. Royal P., *Praxis mz.*, f. 72.

2. J. J. Bachofen, *Urreligion und antike Symbole*, Leipzig, 1928, T. I, pgs. 283-284.

3. H. Wirth, *Der Aufgang der Menschheit* – Untersuchungen zur Geschichte der Religion, Symbolik und Schift der atlantisch-nordischen Rasse, Jena, 1928.

4. *Op. cit.*, pgs. 17-18, 99, 204, 209 e ss.

5. A tal respeito há que assinalar a notável obra de R. Guénon, *Le Roi du Monde*, Paris, 1928.

6. Vale a pena fazer uma menção sobre a tradição romana a respeito do *ancile*, o escudo recebido do céu como *pignus Imperii* (ver Ovidio, *Fast.*, III, pgs. 259-398). O mesmo teria sido obtido por Numa para assegurar a perenidade de Roma, e, além do mais, equivale a uma simbólica ampola que contém a ambrósia, ou seja, um alimento perene imortalizador (ver Dumézil, *Le Festin d'Immortalité*, 1924, pgs. 127-151). Pois bem, o colégio dos Sállos, instituído por Numa para custodiar o *pignus imperii*, composto por doze membros, juntamente com este escudo, tinha outro símbolo: a *haste* ou lança. Assim vemos já na romanidade, de maneira muito exacta, os mesmos símbolos que aparecem no mito mais característico do outro grande período imperial europeu, o feudal-cavaleiresco: no mito do *Graal*. Com efeito, doze, tal como dissemos, são os cavaleiros do Graal, que custodiam no tempo a lança (= haste) e a taça, que, como os *ancilla*, dá um místico alimento perene e imortalizador. Ressaltemos por outro lado que, por mais que adaptado ao cristianismo, o mito do Graal possui origens nórdicas pré-históricas: a taça e a lança figuram já, juntamente com a negra “pedra do destino” que proclama os verdadeiros reis (e é curioso o caso de que também a romanidade tenha conhecido um *lapis Níger* que foi colocado no início da via Sacra), entre os objectos místicos levados consigo para a Irlanda pela “raça divina” dos *Tuatha Dé Danann* (ver C. Squire, *The Mythology of ancient Britain and Ireland*, Londres, 1909, pág. 34).

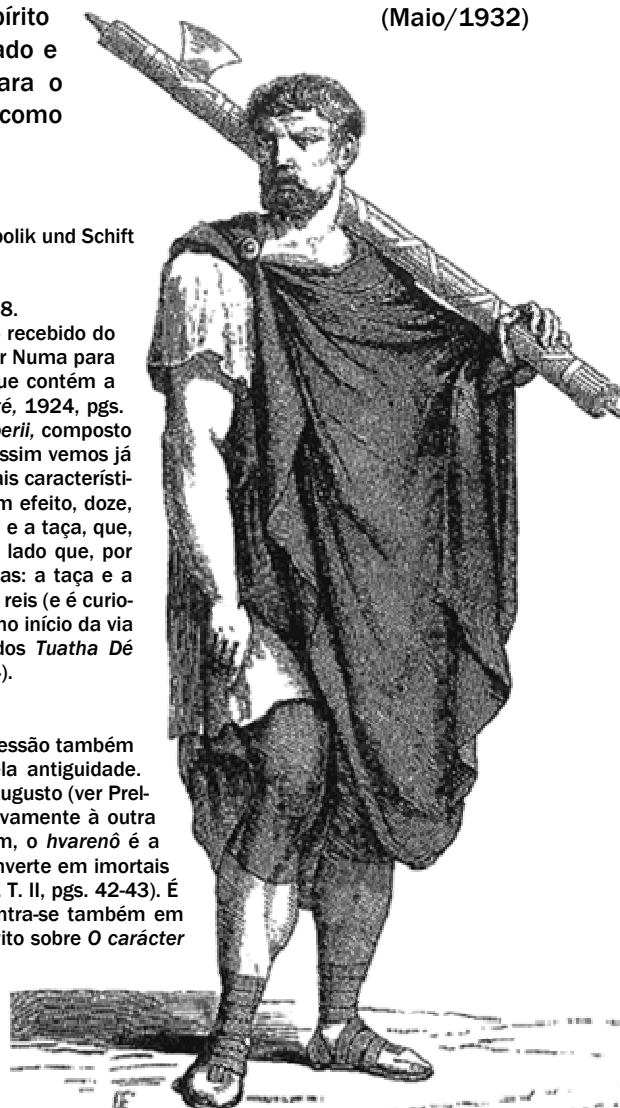
7. Virgílio, *Eneida*, I, 293.

8. Varrão, I, V, 74.

9. Podemos facilmente ressaltar como o elemento “triunfal” encontra por outra parte expressão também no símbolo romano vinculado ao Fascio, a Águia, animal considerado como “solar” pela antiguidade. Segundo a tradição, sob a forma de “águia” teria saído a voar da pira a alma imperial de Augusto (ver Preller, *Römische Mythologie*, Berlim, 1858, pgs. 787 e ss.); e esta águia corresponde efectivamente à outra que, no mito, abandonou o rei paleo-irânico Yima e que significava o *hvarenô*. Pois bem, o *hvarenô* é a “glória” concebida pelos iranianos como um “fogo celestial” ou “solar” que consagra e converte em imortais os reis, atestando-os com a vitória (ver F. Spiegel, *Iranische Atertumskunde*, Leipzig, 1871, T. II, pgs. 42-43). É a tradição de uma antiquíssima espiritualidade de tipo heróico que além do mais encontra-se também em quase todas as grandes civilizações pré-modernas sobretudo arianas (veja-se o nosso escrito sobre *O carácter sagrado da realeza* em *A Nobreza da Estirpe*, nº 1 de 1932).

10. Não se encontra privado de interesse o facto de que alguém tenha procurado encontrar o doze no ciclo imperial romano: Suetónio, por exemplo, escreveu uma *Vida dos Doze Césares*. Doze *saecula* além do mais era uma profecia etrusca que tinha atribuído tal quantidade de tempo à vida de Roma.

11. Lactância. *Inst.*, VII, 25, 6.



Autobiografia

À procura de homens entre as ruínas

Julius Evola*

Abstraindo-nos das contribuições à rectificação do racismo, e não mencionando senão a minha actividade de escritor, há que assinalar um vazio que vai do 25 de Julho de 1943 – data do desmoronamento interno do fascismo – até ao fim da segunda guerra mundial.

Para alguns não deixaria de ter interesse o relato das vicissitudes por que passei mas aí entraria no domínio da autobiografia e tal não é o objecto das presentes notas.

Tal como para alguns dos meus amigos e personalidades políticas com que estava em contacto então, também para mim o 25 de Julho pôs a nu tudo o que de inconsistente e inferior se escondia – em particular no plano da substância humana – por trás da fachada do fascismo. E enquanto a maioria do povo italiano – o mesmo que formara os delirantes “oceanos” humanos na Piazza Venezia

– se preparava com toda a desenvoltura para mudar de bandeira, para alguns elementos melhores tratava-se de analisar até que ponto algumas ideias válidas de uma verdadeira Direita se poderiam salvar e, então, de ver igualmente sob que forma isso poderia ser realizado, tendo em vista um futuro e um mundo diferente dado que, infelizmente, já não havia dúvidas sobre quem ganharia a guerra.

Circunstâncias particulares levaram-me a encontrar no dia 8 de Setembro – na mesma altura em que a Itália mudava de campo –, na Alemanha, e pouco depois em Rastenburg, no quartel general de Hitler, alguns chefes do fascismo que haviam deixado a Itália. Na sua com-

panhia fui um dos primeiros a ver Mussolini logo após a sua chegada depois de ter sido libertado por Skorzeny. Na manhã seguinte Mussolini proclamava a República Social (uma decisão que tomou durante a noite sem ter estado com ninguém). Para mim essa era uma mudança negativa e censurável. Mais uma vez o comportamento indigno do represen-



Mussolini com Skorzeny após o seu resgate

tante de uma dada instituição (no caso, a monarquia) servia de pretexto para um processo, não contra esse representante enquanto indivíduo, mas contra a instituição, com uma consequente lesão do sistema – foi desta forma que numerosos fenómenos subversivos e revolucionários da história se realizaram e deve-se ver nisso uma das armas daquilo a que chamei uma “guerra oculta”. Quase como nos casos psicanalíticos de regressão devidos a um trauma, o choque que Mussolini sofreu em consequência da traição do soberano fê-lo regressar a tendências socialóides e republicanas da sua primeira fase. Assim, não me senti obrigado a seguir o “fascismo de Salò” enquanto ideologia, não deixando porém de

render homenagem a este lado combatente e legionário, à decisão de várias centenas de milhar de italianos de permanecer fiéis ao aliado e de continuar a guerra – o que tanto o rei como Badoglio falsamente declararam logo após o 25 de Julho – mesmo sabendo que combatiam do lado perdedor e a fim de que pelo menos a honra fosse salva. Um fenó-

meno praticamente único na história da Itália pós-romana.

Mas eu pensava que a tarefa mais importante era precisamente verificar o que é que poderia ser salvo após a guerra, de forma a contrariar a subversão, que naturalmente procuraria implantar-se, beneficiando das circunstâncias. Foi desta forma que se preparou em segredo, em Roma, no período da ocupação alemã, um “Movimento para o Renascimento da Itália”. Entre outros, interessaram-se pelo movimento o senador e antigo ministro Balbino-Giuliano. Após a guerra o Movimento deveria tomar a forma de partido e

desempenhar um papel análogo ao que o Movimento Social Italiano se iria propor, mas com uma orientação tradicional mais firme, de Direita, sem referências unilaterais ao fascismo e com uma discriminação precisa, no seio do fascismo, entre os aspectos positivos e os aspectos negativos. Com a ocupação de Roma pelos aliados, devido a diferentes circunstâncias e, ao que parece, também por uma traição, o projecto ruiu. Eu deveria permanecer em Roma mas os acontecimentos forçaram-me a deixar a capital. Através da frente, cheguei ao norte de Itália e depois a Viena, onde já houvera sido chamado. Em Viena, num meio diferente, procurou-se trabalhar no mesmo sentido que se fizera em Roma. Mas,

“Segundo a doutrina tradicional não há nenhum acontecimento importante na nossa existência que não tenha sido desejado por nós próprios num estado pré-natal (...) Lembrar-me porque pretendi isso, e, em consequência, aprender o sentido mais profundo para o conjunto da minha existência: era essa a única coisa importante, bem mais que a minha recuperação, à qual dei pouco peso.”

pouco antes da ocupação da cidade por parte dos russos, sofreu uma lesão na espinhal-medula em decorrência de um bombardeamento. A lesão inicialmente pareceu mortal mas a consequência foi a paralisia parcial dos membros inferiores.

Encontrei-me então bloqueado num hospital. Na verdade, o incidente não deixava de estar relacionado com a norma que seguia há muito: não me esquivar, procurando ao invés os perigos, no sentido de uma interrogação tácita do destino. Foi dessa forma que, em determinada época, fiz algumas ascensões arriscadas em alta montanha. Ainda me agarrei mais a essa norma no momento do desmoronar de um mundo e do sentido preciso que se lhe seguiria. O que me sucedeu representou no entanto uma resposta difícil de interpretar. Nada mudara, tudo se resumia a um impedimento puramente físico que, para lá das dificuldades práticas e de certas limitações da vida profana, não me atingiu dado que a minha actividade espiritual e intelectual em nada ficara comprometida ou modificada. A doutrina tradicional, que frequentemente tivera oportunidade de expor nos meus textos – doutrina segundo a qual não há nenhum acontecimento importante na nossa existência que não tenha sido desejado por nós próprios num estado pré-natal –, é aquela com a qual me identifico e não posso deixar de aplicá-la à contingência que estou a relatar. Lembrar-me porque pretendi isso, e, em consequência, aprender o sentido mais profundo para o conjunto da minha existência: era essa a única coisa importante, bem mais que a minha recuperação, à qual dei pouco peso. (De resto, se alguma vez, graças a uma luz maior, houvesse aflorado uma recordação deste tipo, que-

rendo-o, surgiria a possibilidade de alterar o próprio estado físico.) Mas, a este respeito, ainda se não dissipou o nevoeiro. Entretanto, encarei com calma a situação, pensando por vezes com humor que se trataria de deuses que tiveram a mão demasiado pesada, enquanto eu brincava com eles.

Houve pessoas que fizeram circular o mexerico segundo o qual a contingência que me sucedeu fora a consequência de uma qualquer empresa “prometeica”. Claro que isto é pura imaginação. Nesse período eu interrompi todas as actividades relacionadas, de alguma forma, com o supra-sensível; entre outras coisas, eu vivia em Viena incógnito, com um nome suposto. É, assim, singular que o próprio Guénon tenha parecido inclinado a pensar da mesma forma. Quando – a minha correspondência com ele retomou após a guerra – o informei do facto (e com o desejo secreto de poder contar com uma ajuda para “compreender”) ele perguntou-me se eu não suspeitava de alguém que pudesse ter agido de forma oculta contra mim, acrescentando que ele próprio ficara imobilizado durante meses, aparentemente devido a uma artrite, mas na verdade por causa da acção de alguém – mas o seu estado voltara ao normal quan-

do esse alguém fora descoberto e eliminado. Expliquei a Guénon que nada deste género poderia valer no meu caso e que, além disso, ter-se-ia que pensar num sortilégio bem forte dado que se teria que determinar uma série de circunstâncias objectivas, o ataque aéreo, o momento e local do lançamento das bombas e assim sucessivamente.

É curioso que, referindo-me não ao meu caso mas ao seu (a pseudo-artrite) e havendo perguntado a Guénon se quem tem uma certa envergadura espiritual estará por esse motivo ao abrigo de qualquer ataque “mágico” ou de bruxaria, ele respondeu-me que, segundo a tradição, o próprio profeta, ou seja Maomé, não estaria invulnerável. A ideia subjacente é que, num certo plano “psíquico” ou “subtil”, os processos desenrolam-se de forma determinística, tal como no plano físico um soco não tem, em princípio, efeitos diferentes consoante a pessoa que é atingida. (A este respeito tenho as minhas dúvidas, na medida em que penso que o processo de materialização do indivíduo, e por conseguinte o seu afastamento das forças subtis da natureza, tem também um efeito protector em relação a acções ocultas do género das presentemente indicadas: a sua eficácia diminui até ficar praticamente nula no homem moderno intelectualizado e cidadão, enquanto se pode manter em certos grupos “atrasados” ou “primitivos”).

Após passar cerca de ano e meio em clínicas austríacas voltei a Itália em 1948. Esperava lá encontrar um mundo em ruínas, ainda mais espirituais que materiais. Foi com surpresa que constatei que, pelo contrário, havia grupos, sobretudo de jovens, que não se tinham deixado arrastar pelo desmoronamento geral. Nesses meios o meu nome era conhecido e

“Após passar cerca de ano e meio em clínicas austríacas voltei a Itália em 1948. Esperava lá encontrar um mundo em ruínas, ainda mais espirituais que materiais. Foi com surpresa que constatei que, pelo contrário, havia grupos, sobretudo de jovens, que não se tinham deixado arrastar pelo desmoronamento geral. Nesses meios o meu nome era conhecido e os meus livros eram lidos.”

os meus livros eram lidos.

No imediato pós-guerra ocupei-me, sobretudo, em rever o texto de certas obras esgotadas, cuja reedição estava em preparação, incluindo os três volumes de monografias de “Introdução à Magia”. Alguns anos mais tarde foi também publicada a edição, revista e corrigida, de “Revolta contra o Mundo Moderno”. Pareceu-me oportuno procurar orientar ideologicamente de forma correcta os elementos que acabo de referir. Foi assim que escrevi, em 1949, a brochura “Orientações”, indicando de forma resumida as principais posições que se deveria defender espiritual e politicamente. Esta brochura foi publicada com a participação da revista de um destes grupos, intitulada “Imperium”. Em relação com esta revista, viria a ser involuntariamente implicado num episódio cómico.

Surgiu no seio da polícia política de Roma a ideia de inventar uma espécie de conspiração destinada, nada mais, nada menos, que a restaurar o regime fascista. Com esse fim, ela elaborou um quadro com elementos que, na realidade, não estavam em relação entre si. De um lado havia antigos tripulantes de carros de assalto que se tinham organizado em Bolonha para se defenderem na eventualidade de um levantamento comunista; um dos seus chefes havia inclusive escapado de forma bem difícil a uma tentativa de assassinato. Havia, em seguida, um grupúsculo de jovens de nome “Legião Negra” e o que sobrava dos FAR (Feixes de Acção Revolucionária – nome que veio a ser adoptado pelo grupo que mais tarde formou o Movimento Social Italiano enquanto partido legal). E havia ainda elementos mais qualificados e melhor preparados que editavam a já mencionada revista “Imperium”. Sucede que alguns jovens, com um objectivo de demonstração, explodiram duas ou três bombas inofensivas no quadro de uma zaragata de estudantes turbulentos. A polícia juntou os elementos acima e relatou o ocorrido como uma frente clandestina única visando a restauração do fascismo. Foram presas cerca de trinta pessoas. Mas faltava um chefe, o inspirador do “complot”. Dado que muitos desses jovens me consideravam o seu “mestre”, que eu tinha escrito as

“Orientações”, que eu havia entregue à “Imperium” – a título de encorajamento – alguns artigos (de resto de carácter puramente cultural), a polícia achou que me podia atribuir aquele papel, de forma que eu próprio fui preso.

Claro que isto não deu em nada e o processo apenas serviu para cobrir de ridículo os zelosos funcionários da polícia política da nova república. Praticamente todos os acusados foram libertados. A própria imprensa liberal protestou contra estes abusos cometidos por um poder executivo imbecil e foi um advogado conhecido, Francesco Carnelutti, que me defendeu gratuitamente, sem falar na assistência geral de um antigo ministro da justiça, Piero Pisenti. Mas mais pertinente e decisiva no processo foi a minha autodefesa (depois publicada na revista

Estado, não enquanto concepções “fascistas” mas por representarem, no fascismo, o reaparecimento de princípios da grande tradição política europeia de Direita. Eram livres de fazer o processo dessas concepções. Mas, nesse caso, também teriam que sentar no mesmo banco de acusados o Platão da “República”, um Metternich, um Bismarck, o Dante de “Da Monarquia” e por aí fora. Mas, devido à mediocridade actual, para a maioria das pessoas apenas existia a oposição fascismo/anti-fascismo e não se ser democrata, socialista ou comunista equivalia automaticamente a ser-se “fascista”.

Alguns anos depois, em 1963, escrevi para a editora Volpe um pequeno livro intitulado “O Fascismo – Ensaio de uma Análise crítica do ponto de vista da Direita”. Neste livro o ponto de vista era aquele que referi

“Na minha autodefesa tive ocasião de salientar um ponto fundamental (...) Eu podia ter defendido certas concepções em matéria de doutrina do Estado, não enquanto concepções “fascistas” mas por representarem, no fascismo, o reaparecimento de princípios da grande tradição política europeia de Direita (...) também teriam que sentar no mesmo banco de acusados Platão, Metternich, Bismarck ou Dante”

“L'Eloquenza”). A polícia política ficou decepcionada ao constatar que, no passado, eu nunca estivera inscrito em nenhum partido, nem sequer no partido fascista, e que nem sequer pertencia ao Movimento Social Italiano, que ela queria comprometer. Bem entendido que nada sabia daquelas atitudes irreflectidas e nunca encorajaria qualquer activismo levado a cabo de forma tão irrisória. Dado que a principal acusação contra mim foi imediatamente retirada, tentou-se salvar a face por meio da acusação de “apologia do fascismo”, antes sequer de terem procurado um qualquer texto meu que lhes pudesse servir de pretexto.

De qualquer forma, na minha autodefesa tive ocasião de salientar um ponto fundamental. Disse que atribuírem-me ideias “fascistas” era um absurdo. Eu podia ter defendido e continuar a defender certas concepções em matéria de doutrina do

anteriormente: contra a “mitologização”, exaltação ou condenação partidária, eu examinava os aspectos mais importantes do sistema fascista para identificar as exigências que, no fascismo, poderiam ser reportadas a um mundo político-ideal superior e anterior ao fascismo, separando-os do elemento problemático, contingente ou inferior. A obra teve uma segunda edição em 1970, com um ensaio paralelo como apêndice, intitulado “Notas sobre o Terceiro Reich”, no qual a análise discriminativa era alargada ao nacional-socialismo alemão.

O cómico parêntesis judiciário que relatei acima teve no entanto algumas repercussões que, no ambiente da Itália “libertada”, contribuíram para criar em torno de mim uma auréola sombria. Para aqueles que se contentavam com “o que é que irão dizer” e que nem sequer pensavam, mesmo ao de leve, em

“A origem do meu livro seguinte, *“Os Homens e as Ruínas”* (...) está relacionada com uma última tentativa para promover a formação de um agrupamento da verdadeira Direita (...) eu indicava em *“Os Homens e as Ruínas”*, como tarefa preliminar dos que ainda se encontravam de pé (precisamente entre as ruínas), a rejeição integral e sem compromissos de todas as ideologias provenientes da Revolução Francesa”

informar-se directa e positivamente sobre as ideias que eu defendia e sobre a minha actividade, eu era o “fascista” que estava decididamente relacionado com os bombistas; ao que se juntava, paralelamente a uma ignorância equivalente e a uma imbecilidade de julgamento, o estigma do “racista”, do antigo amigo dos nazis, sem falar do inimigo do catolicismo. Tudo isto era mais do que suficiente para organizar em torno das minhas obras uma rigorosa conspiração do silêncio em praticamente toda a imprensa italiana. Mas, na verdade, houvera-se formado um público pessoal; um público restrito mas atento e fiel, suficiente para fazer aceitar as minhas obras por parte de editores “não comprometidos”. Assim, tendo em conta a natureza da “intelectualidade” dominante na Itália, passei muito bem sem a sua atenção e as suas apreciações. Mais recentemente, tendo as Edições Mediterrâneo praticamente monopolizado a reedição de um grande número de obras minhas e dispondo de uma importante rede de difusão, foram estas obras propostas a um mais largo círculo de leitores, com um aumento sensível das vendas, independentemente da fúria das “recensões”.

A origem do meu livro seguinte, *“Os Homens e as Ruínas”*, publicado inicialmente em 1953 nas Éditions de la Hache e posteriormente reeditado duas vezes (a segunda em 1972) pela Volpe, está relacionada com uma última tentativa para promover a formação de um agrupamento da verdadeira Direita. A este respeito, parecia apresentar-se uma ocasião particular no seio do Movimento Social Italiano, sem falar na orientação dos grupos de jovens acima mencionados. Pareceu-me assim útil expor numa obra as premissas

de ordem geral que, no domínio da doutrina do Estado e da visão geral da vida, se apresentavam à orientação desse agrupamento de Direita.

A primeira palavra de ordem devia ser a de *contra-revolução*. Deixando de lado, por motivos práticos, os horizontes mais vastos de “Revolta contra o Mundo Moderno”, eu indicava em *“Os Homens e as Ruínas”*, como tarefa preliminar dos que ainda se encontravam de pé (precisamente entre as ruínas), a rejeição integral e sem compromissos de todas as ideologias provenientes da Revolução Francesa, dado que essas ideologias tinham sido o ponto de partida de toda a crise da Europa contemporânea: a revolução liberal tendo preparado a revolução democrática e ambas tendo aberto caminho para o socialismo e para o comunismo. A este respeito não poderia haver compromisso. Em face da insolência crescente e arrogância das forças subversivas eu indicava a coragem intelectual e física de se afirmar, sem sombras de dúvida, como “reaccionário”: acusação perante a qual todas as pequenas figuras morais da Itália “libertada” tremiam, mesmo quando elas pertenciam aos partidos ditos da ordem.

Naturalmente que a reacção invocada nada tinha a ver com aquela que servia de cómodo pretexto aos

adversários: ela nada tinha a ver com os interesses de uma classe económica e com a Direita capitalista. Devia ser, pelo contrário, a reacção de uma Direita política e aristocrática, que devia mesmo considerar as posições de poder derivadas da riqueza como uma usurpação e uma subversão. A contra-revolução devia definir-se com base em princípios e não em interesses materiais. Rejeitando o mito progressista e social havia que colocar em primeiro plano certas ideias fundamentais, que deviam ser reconhecidas no seu valor normativo imutável para qualquer organização político-social de tipo superior. Num sentido semelhante – conforme lembrava – Vico falara de “leis naturais de uma república eterna que varia no tempo, para locais diferentes”.

Quanto ao aspecto construtivo, o fundamento constante de todo o Estado verdadeiro era indicado “na transcendência do seu princípio, ou seja, no princípio da soberania, da autoridade e da legitimidade”. No Estado verdadeiro realizam-se a manifestação e a irrupção de uma ordem superior, que se concretiza num *poder*. Como corolário, seguia-se a diferenciação clara entre a esfera política e a esfera a que chamava “física”. Em virtude da sua dimensão transcendente, dado que ele é a incarnação de uma *ideia* e de um *poder* supra-ordenados, “o Estado verdadeiro diferencia-se de qualquer unidade de facto, de qualquer forma de associação naturalista ou de direito natural, de qualquer agregado determinado por factores sociais ou económicos, biológicos, utilitários e eudemonistas”. A *autoridade* concebida desta maneira constitui também a premissa da estabilidade, da firmeza e da unidade de qualquer organismo político-social.

“O Estado não é a expressão da

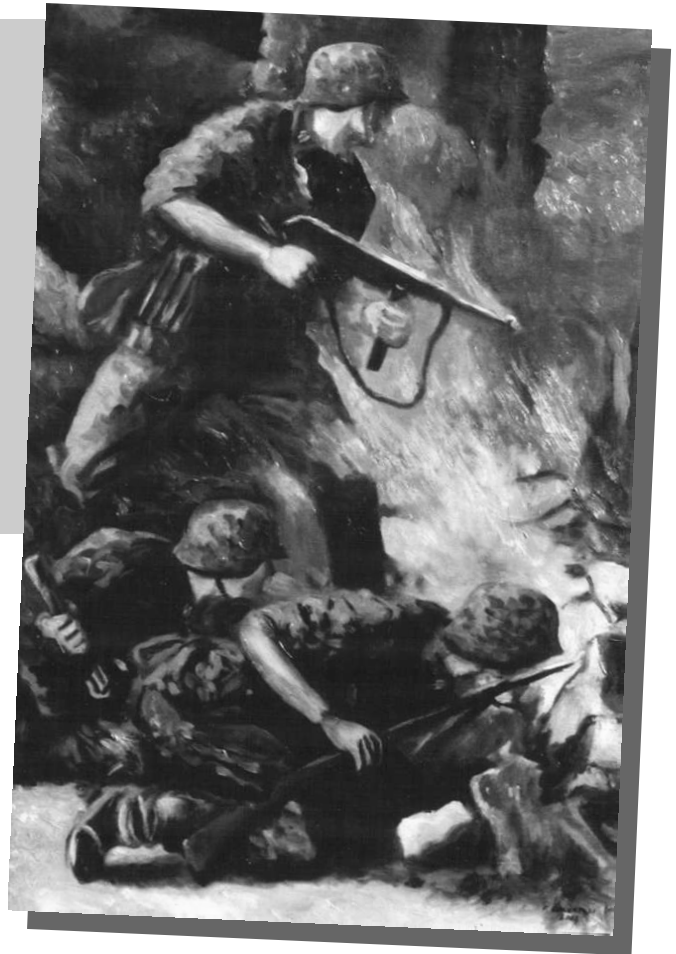
“A outra característica do Estado verdadeiro é a sua organicidade (...) É um Estado orgânico, que se compõe de partes distintas e diferenciadas, que junta unidades parciais dotadas de vida própria e hierarquicamente ordenadas. Apoia-se, por conseguinte, sobre os valores da qualidade, da justa desigualdade e da personalidade. O seu princípio é o *suum cuique* clássico”

“A esfera propriamente política define-se por valores guerreiros e hierárquicos, heróicos e ideais, antihedonistas, que a afastam claramente da ordem da existência naturalista e vegetativa (...) a legitimidade mais elevada e mais real de qualquer ordem política encontra-se na sua função anagógica: no facto de que ela cultiva, suscita e apoia as disposições do indivíduo para agir e pensar, viver, lutar e eventualmente morrer em função de algo que vá além da simples individualidade”

sociedade”. A sociedade é – no sentido aristotélico – a “matéria”, o Estado é a “forma”. Semelhantes relações existem – devem existir – entre Estado e nação ou povo (*demos*): o primeiro corresponde ao princípio masculino e espiritual, o segundo ao princípio feminino e material. E é por isso que na antiga romanidade “a ideia de Estado e de *imperium* – a potestas sagrada – está ligada ao culto simbólico de divindades masculinas do céu, da luz, do supra-mundo, na sua oposição à região obscura das Mães e das divindades do mundo inferior” (eu havia exposto anteriormente estas ideias sob uma luz particular numa conferência dada em diversas cidades alemãs, com a intenção de me opor ao mito nazi do *Volk* e da *Volksgemeinschaft*). “A esfera propriamente política define-se por valores guerreiros e hierárquicos, heróicos e ideais, antihedonistas, que a afastam claramente da ordem da existência naturalista e vegetativa; os verdadeiros objectivos políticos são objectivos em larga medida autónomos (não derivados), estão ligados a interesses e a ideais diferentes dos da existência pacífica, da economia pura, do bem-estar físico; remetem para uma dimensão superior da vida, para uma ordem de dignidade distinta.” Por conseguinte, “a legitimidade mais elevada e mais real de qualquer ordem política, e do próprio Estado, encontra-se na sua função anagógica: no facto de que ele cultiva, suscita e apoia as disposições do indivíduo para agir e pensar, viver, lutar e eventualmente morrer em função de algo que vá além da simples individualidade.” O princípio anagógico (orientado para o alto) era

bem sublinhado, de forma a sobressair a possibilidade oposta, a possibilidade de uma “transcendência descendente” do indivíduo, que se manifesta nos Estados de massas, no colectivismo, na exaltação demagógica.

A outra característica do Estado verdadeiro – conforme afirmava – era a sua organicidade. É um Estado orgânico, que se compõe de partes distintas e diferenciadas, que junta unidades parciais dotadas de vida própria e hierarquicamente ordenadas. Apoia-se, por conseguinte, sobre os valores da qualidade, da justa desigualdade e da personalidade. O seu princípio é o *sum cuique* clássico: a cada um o que lhe é devido e a cada um o seu direito, em conformidade com a dignidade natural de cada um. Daí uma clara oposição entre Estado orgânico e Estado totalitário. De facto, o totalitarismo corresponde a um tipo de unidade nivelador, despótico e mecânico. Na sua génese pode estar a desagregação individualista do Estado orgânico: quando o individualismo desligou o indivíduo de qualquer laço superior, quando “liberdade” e “igualdade” destruíram qualquer hierarquia, face à massa assim privada de forma, ao caos dos interesses e de forças particulares destinadas a afirmar-se por todos os meios, as violentas estruturas “totalitárias” podem ser justamente o meio extremo para se impor uma certa ordem exterior, mas num sistema que constitui a falsificação mate-



rialista da unidade orgânica. Lembra-se então que uma frase de Tácito houvera já indicado com exactidão o processo que se deveria realizar numa vasta escala durante os tempos mais recentes: “para derrubar o Estado [o Estado verdadeiro, orgânico, tradicional], eles colocam à frente a liberdade; uma vez alcançados os seus fins, eles também atacarão essa liberdade”. Já Platão tinha observado: “a tirania nasce e instala-se sempre por um regime político: a democracia; e é da liberdade extrema que nasce a servidão mais completa e mais dura”. Ainda uma citação, de Vico: “os homens querem antes de mais a liberdade dos corpos, depois a das almas ou a liberdade da razão [os “princípios imortais”] e ser iguais aos outros; rapidamente querem dominar os iguais; e finalmente fazer-se passar por superiores”.

– Capítulo XII do livro *O Caminho do Cinábrio*

* Devido à sua extensão, a conclusão deste texto será publicada no próximo número do Boletim Evoliano.

Doutrina

O Emanacionismo

Eduard Alcántara

Nesta selecção de reflexões, observações e explicações escolhemos um tema que contrapõe, radicalmente, a Espiritualidade própria e consubstancial do Mundo da Tradição àquela outra alheia que durante, praticamente, dois milénios monopolizou o impulso para o Transcendente do homem do Ocidente.

Opomos, pois, duas posturas antagónicas no que diz respeito à concepção da origem do homem: a emanacionista, vinculada à certeza que, em relação a este tema, a Tradição sempre teve e a criacionista que, de maneira alógena, se instalou no seio do Império Romano aproveitando os seus primeiros sintomas de debilidade e queda de tensão interior.

* * *

Não nos identificamos especialmente com o mito bíblico de Adão, ainda que – há que dizê-lo – contenha alguns apontamentos Tradicionais. Mas está marcado, infelizmente, por um criacionismo do qual não comungamos. As posturas que defendemos são emanacionistas. A origem do homem – como do resto do Cosmos – seria o resultado da manifestação – por emanção – do Motor Imóvel (deitando mão a Aristóteles) ou Princípio Supremo. Por essa razão o homem compartilharia com o dito Princípio a Eternidade (em forma letárgica; o fim a perseguir deveria ser passá-la de potência a acto: Despertá-la). Pelo contrário o criacionismo postula a criação *ex nihilo* (a partir do nada) do universo e do homem. Portanto este último ao não ser o resultado da emanção da Transcendência Pura e Imanifestada não compartilharia com ela a Eternidade e a Imutabilidade em forma de semente que há que reavivar e a sua Libertação (o Despertar de que fala o Budismo) torna-se, assim, impossível.

* * *

Estamos com Plotino quando afirmava que deuses, demónios, pessoas, animais, a natureza, não são mais que o resultado da manifestação por emanção – em diferentes graus – do Princípio Supremo; o Princípio Divino ou Motor Imóvel como também se denominou. Digamos que, por exemplo, os vegetais e os minerais representariam algumas das formas mais grosseiras da manifestação do dito Princípio.

O Ser Supremo Incondicionado manifesta-se, primeiramente, através de forças ou *numens* que em momentos determinados (em épocas e tradições diferentes) foram caracterizados – maioritariamente – de maneira antropomórfica. Assim o homem começou a

falar de deuses e desta maneira não aconteceu que o vulgo devoto caísse no esquecimento do facto da existência da Transcendência, pois o Conhecimento do Ser Supremo e a Identificação com o mesmo só estão ao alcance de uns poucos que ostentam uma aptidão e impulsos propensos à transformação real interior, mas a maioria teria voltado, por completo, as costas ao Espiritual se não se tivesse tornado mais fácil de “entender” e “contemplar” o Transcendente graças à existência de divindades com forma; formas que se diferenciaram para cada etnia e/ou cultura com o fim de se adaptarem melhor aos seus respectivos parâmetros existenciais, às suas sensibilidades e idiossincrasias.

* * *

A Tradição diferencia entre Princípio Supremo e deuses. Estes viriam a ser os “numens” dos que, por exemplo, entendiam os primeiros romanos e que não são mais que as forças subtis que dinamizam e harmonizam o emaranhado cósmico. Por influência da mitologia grega o povo romano acabou assimilando estes “numens” a divindades que correspondiam, respectivamente, com as diferentes dinâmicas que caracterizam cada “numen”. Ditas forças subtis formam parte do mundo manifestado e não hão-de ser confundidas com o Princípio Supremo já que emanam dele assim como toda a manifestação. O Princípio Supremo é, pois, pelo contrário, Imanifestado e Indefinível.

* * *

Se o homem (como o resto do Cosmos) é o resultado da manifestação, por emanção, do Princípio Supremo, nos seus inícios era ainda consciente da sua “recente” origem sacra e, mais ainda, vivia de acordo com ela. A dúvida, portanto, não tinha lugar sobre a existência de uma Realidade Supersensível que se estava experimentando; sobre uma Realidade Superior que lhe era evidente.

* * *

E estes homens submissos que as religiões bíblicas modelam são o resultado de posturas como as que afirmam que “tudo é contingente excepto deus”. Isto é:

1. Que perante deus não somos mais que insignificantes criaturas que por si mesmas não podem aspirar a nenhum tipo de elevação espiritual.

2. Que de modo nenhum partilhámos a sua natureza divina, sendo que nos encontramos muito mais

perto da animalidade (ou claramente dentro dela) que da divindade.

3. Que não emanamos do Princípio Divino mas que somos o resultado de um acto criacionista que provocou um hiato ontológico irreparável entre o divino e a nossa natureza.

4. Que temos que reconhecer a humildade do homem devido à sua irrisória pequenez. Mas deixemo-nos de tabus e não falemos de humildade, falemos claramente de humilhação. Esse homem humilhado pelo seu criador bíblico não fará mais que esperar passivamente os tempos, vindouros, da “ressurreição da carne”, porque não possui a capacidade heróica de mudar o seu incerto destino e fazer-se uno com o Ser (entre outras coisas porque não alberga no seu interior a chama da Transcendência). Esse homem humilhado será sempre um pessimista que aceitará com bíblica resignação o destino que o seu deus lhe impôs e nunca pensará em rebelar-se, por exemplo, contra sistemas políticos anti-tradicionais, injustos, alienantes e exploradores.

* * *

O homem carece, segundo o hebraísmo, de espírito, pelo que depois da morte física nada sobrevive ao corpo e não resta mais do que esperar “pelo fim dos tempos” no qual a carne ressuscite e sobrevenha o “paraíso terreno”. Temos que assinalar que a consideração da existência de uma só componente no ser humano corresponde a uma concepção monista da vida que quando muito permite a licença de poder falar de “corpos espiritualizados”.¹

* * *

Que pouco transcendentistas e que materialistas são essas religiões que não crêem na *Imortalidade da alma* (preferiria utilizar o termo Espírito) e que defendem a ideia de que sem a existência do corpo ou matéria aquela – a *alma* – não pode existir! Que materialistas são estas religiões monistas!

* * *

Os deuses, como o homem, hão-de encontrar a origem de sua existência na manifestação – por emanção – do Princípio Supremo incondicionado, sem forma.

* * *

Qual é a nossa origem divina? Consideremos que é o Princípio Supremo, o Motor Imóvel, o Transcendente ou a Inteligência Superior. Daí – seguindo Plotino – procedemos por emanção. Na Antiguidade (fora dos parâmetros da Metafísica e descendo ao nível dos cultos) os grandes heróis, as grandes famílias – as ‘gens’ romanas, os clãs celtas, as ‘sippes’ germânicas –, etnias inteiras criam-se descendentes directos dos deuses ou deusas. De qualquer modo, a origem dos

próprios deuses – se continuamos com Plotino e sua obra “As Enéadas” – seria o resultado do mencionado processo de emanção do Princípio Supremo, incondicionado e sem forma.

* * *

A própria família de Júlio César considerava-se descendente de Vénus. Por esta maneira de pensar, até o próprio nome genérico identificativo de alguns povos fazia referência à sua origem divina: godos (deuses).²

* * *

Em todas as culturas Tradicionais o homem sempre se creu descendente dos deuses. Os clãs, as tribos, as *gens* criam ter nalguma divindade o seu antepassado mais remoto. Os Iniciados, ao ir mais além da forma concreta e antropomórfica que se outorgava à divindade, concebiam o homem como emanção de um Princípio Supremo e, em consequência, faziam-no portador e potencial partícipe da Essência Imutável e Sacra do dito Princípio.²

* * *

As tradições pré-cristãs sempre consideraram a natureza como fruto por emanção de um Princípio Supremo e, em consequência, alçaram-na ao pedestal que lhe correspondia e tiveram árvores, bosques, montanhas, como lugares sagrados e de culto.

* * *

A corrente de um rio não equivale à fonte donde emanou mas a sua essência é a mesma: água. *Atman* é por isso igual a *braman*, e não falamos de nada que nem por sombras se assemelhe a panteísmo, pois *atman* vive aletargado em nós mas o resto do mundo manifestado não é *atman*, mas sim *numens*, *demons*, seres vivos, minerais, que não são *atman* nem o contêm e que, portanto, tornam inviável qualquer vislumbre de panteísmo: são outra realidade.

Na mesma linha, Evola quer expressar não que o *samsara* partilhe Identidade Transcendente com o *nirvana* mas que a semente divina – *atman* – que vive no seio de parte do *samsara* (leia-se do homem, pois dita semente é o que há de Transcendente no mundo da geração, do devir e da necessidade = *samsara*) partilha Identidade com o Princípio Supremo ou *nirvana* – ou *braman*.

– Publicado on-line

(<http://septentrionis.wordpress.com/2010/05/25/el-emanatismo>)

1. Leia-se o nosso escrito “Cosmovisões cíclicas e cosmovisões lineares”, disponível em: www.geocities.com/Athens/Troy/1856/Cosmovisiones.htm

2. Extraído do nosso ensaio intitulado “Contra o darwinismo”, disponível em: <http://septentrionis.wordpress.com/2009/02/19/contra-el-darwinismo>

